

Artigo 83º-A
Regime Tarifário

1. A Entidade Gestora fixará, anualmente, o tarifário a praticar de forma a garantir o correcto funcionamento do sistema e a aplicar a todos os serviços previstos no presente Regulamento.
2. As deliberações a que se refere o ponto anterior deverão sempre ser tomadas de maneira a que os valores sejam actualizados e entrem em vigor no 1º dia após a sua publicação.
3. Serão estabelecidas tarifas especiais para os consumidores que, através de requerimento expresso, venham a comprovar a evidente carência económica, nomeadamente, os pensionistas que auferam a pensão de sobrevivência.
4. O tarifário especial e a documentação comprovativa das situações previstas no ponto anterior, bem como a data para a apresentação dos requerimentos e respectivos comprovativos, serão noticiados anualmente através de edital.

Artigo 83º-B
Tarifa Social/Familiar/Idoso

1. A tarifa social/tarifa familiar/Idoso é o benefício social criado pelo Município para beneficiar as famílias e os idosos com mais baixo rendimento ou com maiores agregados familiares, assumindo-se como um factor de promoção da família protegendo e beneficiando, cumulativamente, os consumidores particulares.
2. São estabelecidas tarifas sociais para os consumidores residentes no Concelho de Seia que, através de requerimento devidamente fundamentado, comprovem reunir as condições estabelecidas no n.º 4 do artigo precedente, entregue devidamente instruído, com documentos oficiais comprovativos da situação de carência, no Sector Administrativo e Comercial de Águas e Saneamento, sendo posteriormente encaminhado para a Divisão de Acção Social do Município de Seia, para análise no prazo máximo de 15 dias.
3. O critério de aplicação deste tarifário é definido pelo valor « per capita» do agregado familiar, até 50% do Salário Mínimo Nacional e, no caso de consumidor individual, até 80% do mesmo. Caso o rendimento seja apurado pela apresentação da declaração de IRS, o valor das remunerações/pensões será dividido por 14 meses.
4. O benefício previsto no ponto anterior é concedido por períodos de um ano e, exclusivamente, enquanto se verificar a situação que lhe deu origem.
5. Caso durante o período de vigência do benefício cessem as condições que determinaram a sua atribuição, os beneficiários deverão, imediatamente, comunicar deste facto aos serviços da Entidade Gestora.
6. A tarifa social é aplicada no período de facturação imediato ao da aprovação do requerimento.

2- São aditados ao Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Pública (Aviso nº 1846/2005, 2ª Série, 22 Março), os artigos 58º-A, 58º-B e 58º-C, passando a estar inseridos no Capitulo VII com a denominação **Tarifas**, e é criado o Capitulo VIII (anterior Capitulo VII) com a denominação **Disposições Gerais**, mantendo a numeração existente.